

Antes que o leitor quebre a cabeça tentando adivinhar que tipo de peça ou equipamento designa a expressão que dá título a esta *Nota*, já nos adiantamos em explicar que aqui tratamos da rolagem da dívida estadual. O governador pernambucano, Joaquim Francisco, que por ser do PFL tem condições especiais de traduzir o que se passa no universo de intenções políticas planaltinas, afirmou que na rolagem da dívida que os Estados têm com a União o governo federal usará um critério "tecnológico", ou seja, mistura de técnico com político. Apesar do neologismo, não dá para distinguir, nesse critério, alguma novidade que o faça muito diferente daquele tipo de relacionamento definido pela franciscana frase "é dando que se recebe".

Certo é que as negociações com os Estados devedores, que deverão obedecer a plano específico já entregue ao presidente Fernando Collor pelo ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, levarão em conta o esforço que cada

governador vem fazendo para enxugar a máquina administrativa e pôr em ordem suas contas. Ai está o aspecto técnico do critério de rolagem. É ingênuo supor, no entanto, que a simples (simples?!) austeridade será senha suficiente para conferir a cada governador as condições mais vantajosas de acerto de sua dívida federal.

Por aspecto político de uma negociação financeira, no caso, só se pode entender o maior ou menor empenho, a boa vontade ou não que demonstrem os senhores governadores em influenciar suas respectivas bancadas no Congresso Nacional, tendo em vista ajudar o governo nas votações de seu interesse. Seria, enfim, uma nova versão do velho "toma lá, dá cá", a sustentação política conseguida na base da troca de favores, o que, convenhamos, não passa de mera repetição de viciados hábitos de nossa vida pública.

Bom seria que simples expressões, como *critério administrativo*, fossem usadas e representassem uma prática real no

relacionamento União/Estados — pois isto sim seria inovador, mesmo sem nenhuma palavra nova. Certamente um critério administrativo escoimado de injunções políticas — no pior sentido da expressão — haveria de levar em conta, de um lado, as necessidades e, de outro, as possibilidades de cada unidade da Federação, com relação ao pagamento de seus débitos com a União. Assim como os Estados têm capacidade de arrecadação diferenciada, o volume de problemas — ou de carências — que atinge suas respectivas populações também tem de ser avaliado criteriosamente, para que as administrações estaduais não sejam submetidas (pelo Executivo federal) a cobranças que não possam suportar.

Na verdade, um critério "tecnológico" de fixação da rolagem da dívida estadual seria inviável pela simples e boa razão de que o "técnico" e o "político", quando misturados, resultam na predominância absoluta do político, às vezes contra os melhores argumentos técnicos.